

“APERTURA-APRETURA-CERRADURA” *1: CRISE, PROTESTOS SOCIAIS, E A ABERTURA LIMITADA 1981-1985

“APERTURA-APRETURA-CERRADURA”:
CRISIS, SOCIAL PROTESTS AND LIMITED OPENING 1981-1985.

ERIC ASSIS DOS SANTOS
Universidade Federal Fluminense
Brasil
assis_eric@hotmail.com

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el proceso de liberalización limitada del régimen de Pinochet y de las Fuerzas Armadas de Chile en el período 1981-1985. Por medio de las memorias, discursos, prensa y documentos oficiales, visamos identificar los actores y circunstancias que crearon la primera gran posibilidad de derrocar la dictadura chilena. Para este fin, intentamos analizar el proceso de transición democrática desde un punto de vista que conjugue las demandas sociales de las protestas 1983-1984 y los debates internos del gobierno de Pinochet.

Palabras clave: Dictadura, Protestas, Transición democrática.

ABSTRACT

This article aims to analyze the process of liberalization limited Pinochet and the Chilean Armed Forces in 1981-1985. Through reports, speeches, press and official documents, we targeted identifying actors and circumstances that created the first good chance of overthrowing the Chilean dictatorship. To this end, we try to analyze the process of democratic transition from a perspective that combines social demands of the 1983-1984 protests and internal debates of the Pinochet government.

Keywords: Dictatorship, Protests, Democratic transition.

* Recibido: 18 de enero de 2015; Aceptado: 13 de mayo de 2015.

1 Essa expressão “apertura-apretura-cerradura” foi a síntese elaborada pela revista *Cauce* no intuito de caracterizar o processo de abertura política iniciado a partir de 1983 (*Cauce* N° 25, 02-08/10/1984: 3-6; 4)

I. INTRODUÇÃO.

Passada a fase de institucionalização do regime (1978-1980), no início da década de 1980 o governo de Pinochet detinha de um significativo respaldo social e econômico. Se por um lado a Constituição de 1980 fora aprovada por plebiscito, ratificando-o no governo como Presidente Supremo da República e a Junta de Governo como Poder Legislativo, por outro, o programa modernizador de natureza neoliberal dava seus primeiros resultados positivos caracterizando o período 1978-1981 como do *milagre econômico* da ditadura chilena. Contudo, o custo social desse milagre, e a crise econômica entre 1982-1983, gerou um cenário de descontentamento e explosão social que culminou nas primeiras grandes manifestações contra a ditadura.

No primeiro semestre de 1981 surgiram os primeiros indícios de uma crise econômica que colocou à prova não somente o funcionamento da modernização neoliberal, mas também o próprio manejo político do regime, brecha esta na qual uma importante parcela da sociedade chilena tomou as ruas, e até mesmo travou confrontos com o aparato repressivo do governo, exigindo mudanças políticas e os benefícios tão prometidos do milagre. A partir da crise, e da subsequente demanda social por democracia, o regime governado por Pinochet enfrentou o maior desafio dessa década: assegurar a estrutura política e o modelo de transição democrática institucionalizados com a Constituição de 1980, sem deixar de lado as tensões sociais e a reorganização político-partidária no cenário nacional.

Visando compreender as nuances desse processo político no Chile, nossa análise parte das diferentes abordagens sobre os processos de mudança política do autoritarismo para a democracia, tendo por foco o que ocasiona a liberalização e a democratização. Para isso compartilhamos das reflexões do processo de abertura política propostas por Eli Diniz que busca as imbricações e interconexões entre as negociações e os pactos políticos das elites e as “demandas irradiadas da sociedade, articuladas através dos movimentos sociais e traduzidas por organizações políticas” (Diniz, 1985: 333). Com isso, priorizaremos a importância de se pensar a relação entre capacidade de expressão dos distintos protestos sociais e a capacidade de resistência da sociedade civil contra a ditadura, assim como os “esforços inovadores das elites dirigentes para a preservação de seu poder”, de forma a melhor entender o processo da transição democrática chilena.

II. DO “MILAGRE” À CRISE DO PROJETO ECONÔMICO DO REGIME 1981-1983.

O “milagre econômico” chileno entre 1978 e 1981 foi resultado da política do “shock” aplicado a partir de 1975, fruto da hegemonização do projeto neoli-

beral no interior do governo, e colocado em prática pelos ministros Jorge Cauas e Sergio de Castro ao criarem o *Plan de Recuperación Económica*¹. Essa política do shock, assim designado devido ao rápido impacto dos ajustes neoliberais, logo criou os primeiros indicativos econômicos positivos (Tironi, 1986: 97). Tais resultados criaram um clima de otimismo entre os partidários do governo, em especial, aos adeptos do projeto da *economía social de mercado* dos *Chicago Boys*. O discurso construído nesse período foi marcado pela perspectiva de um Chile que futuramente apresentaria índices econômicos e sociais que o distanciaria do subdesenvolvimento.

Contudo, o “milagre” deu espaço para uma crise econômica que só poderia ser comparada proporcionalmente aos efeitos da crise de 1930. Segundo Ricardo Ffrench-Davis, em 1981 a taxa de desemprego chegava a níveis que duplicavam a taxa de desemprego em 1970, chegando em 1982 a 31%, e criando um cenário em 1983 no qual de cada três trabalhadores, um estava desempregado. Em 1982 o PIB havia diminuído em 14%, acompanhando a queda de outros índices como da produção industrial em 21% e da construção civil em 50% (Ffrench-Davis, 1999: 89).

O que teve início como uma crise econômica logo se transformou numa crise política. Isso ocorreu porque havia dois pilares de sustentação do projeto autoritário colocado em curso a partir de 1978: o primeiro de caráter econômico e materializado nas reformas do “shock” neoliberal, e o segundo de caráter político consagrado na Constituição de 1980. Assim, a íntima relação entre essas duas esferas do projeto autoritário liderado por Pinochet foram afetadas quando ocorreu a crise do modelo macroeconômico. Além da crise, a resolução encontrada pelo governo distanciou-se gradativamente do modelo dos *Chicago Boys*, pois, teve início um dos maiores períodos de intervencionismo estatal da história econômica chilena através da intervenção em diversos bancos e instituições financeiras no intuito de evitar o colapso definitivo da economia. Pela primeira vez após o “milagre”, o neoliberalismo passou a ser criticado de dentro e de fora do regime.

A relação entre o projeto político e econômico da ditadura civil-militar chilena ficou exposta com a crise de 1982. Ao analisar essa simbiose, o sociólogo Eugenio Tironi apontou que a crise do modelo econômico viabilizara a transição gradual à “democracia protegida” (Tironi, 1986: 82). Na mesma linha, Huneus afirma que a crise de 1982 criou debilidades que afetaram a legitimação do regime pela eficácia, levando o governo a repensar as bases que assentaram o modelo

1 Jorge Cauas ocupou o ministério da Fazenda entre 11 de julho de 1974 e 31 de dezembro de 1976. Sergio de Castro, ministro da Economia desde 1975, assumiu o ministério da Fazenda no dia 31 de dezembro de 1976, ocupando essa pasta até 22 de abril de 1982.

econômico que gerou um “milagre econômico” com “pés de barro” (Huneeus, 2000: 508). Por conseguinte, essa crise da eficácia econômica atingiu a própria condução das questões políticas, produzindo efeitos no interior da cúpula do governo e nas demais esferas da sociedade civil.

Boa parte das análises políticas sobre esse período reconhece nessa crise econômica o afastamento de Pinochet dos ideais e da perspectiva política do grupo mais importante na fase de institucionalização: o *neoliberal-gremialista*². Parte desse afastamento seria motivado tanto pela ineficácia dos neoliberais em dar uma resposta rápida à crise, quanto pela forte pressão dos setores da “linha-dura” ou *nacionalistas*, que não compartilhavam, desde o princípio, com as reformas colocadas em prática pelo ministro da Fazenda Sergio de Castro.

No período da crise acentuou-se a aproximação de Pinochet com setores denominados “duros”, profundamente críticos à gestão dos ministérios sob a tutela dos *gremialistas* e dos *Chicago Boys*. Esse setor, segundo Huneeus, apontava para uma maior militarização do regime, além de criticar a ambição de poder dos gremialistas. (Huneeus, 2000: 503). Dessa forma, retomou-se a tensão da fase de institucionalização, entre os *neoliberais-gremialistas*, denominados “blandos”, e os *nacionalistas* denominados “duros”.

Diante as propostas de solução da crise econômica, que iam desde a flexibilização do modelo neoliberal, e até mesmo ao arrocho salarial e o aprofundamento das medidas de *Chicago*, o desafio do governo foi o de manter suas bases de apoio social. Partindo de uma perspectiva da manutenção das reformas neoliberais, Sergio Fernández, juntamente com o subsecretário Enrique Montero, adotou uma estratégia política que conjugava recessão com avanços institucionais próximos à uma política de “abertura”, estratégia que ficou conhecida como plano Fernández.

O plano de Fernández tinha por objetivo atuar sobre pontos de tensão no interior do governo, além de dar continuidade ao processo de legitimação da Constituição de 1980. Todavia, o foco de maior preocupação do plano se relacionava à manutenção do modelo econômico. Dessa forma, o grupo *neoliberal-gremialista*, através dessa última tentativa de plano político criada pelo ministro do Interior tinha por objetivo dar um novo fôlego ao projeto que representavam, mas que ameaçava desmoronar-se com a crise em curso (Fernández, 1994: 179-181).

Juntamente à resistência demonstrada pelos “duros” e por Pinochet, até mesmo o jornal pró-governo *El Mercurio*, centro difusor do projeto neoliberal desde a década de 1960, passou a defender em seu editorial a flexibilização de

2 Dentre os trabalhos que compartilham dessa perspectiva destacamos: Huneeus, 2000; Zárate, 2008 e Cavallo, 2012.

“alguns aspectos do programa econômico por necessidades políticas”, buscando reduzir os altos custos políticos da crise econômica em andamento (El Mercurio, 30/03/1982). Além disso, no caderno *La semana política* de 4 de abril de 1982, o diário elaborou uma análise pessimista e negativa sobre a condução da crise pelo governo, e que tamanha ineficiência ameaçava a unidade política dos defensores do regime” (El Mercurio, 30/03/1982).

Nesse contexto de perda de apoio interno, Pinochet anunciou a mudança ministerial, confirmada no dia 22 de abril de 1982 com a retirada de Sergio Fernández do Ministério do Interior e de Sergio de Castro do Ministério da Fazenda. Em substituição, assumiu o novo ministro do Interior, o general de brigada aérea Enrique Montero, e Sergio De La Cuadra como ministro da Fazenda. A pressão e as críticas dos setores internos do regime influenciaram na mudança ministerial, mas não significou o abandono do projeto *neoliberal-gremialista*. Ao contrário, Pinochet deu continuidade às medidas em curso com pequenas doses de flexibilização da ortodoxia monetarista.

As dificuldades do manejo político dentro dos ministérios do governo após a crise de 1982 podem ser identificadas na multiplicidade de mecanismos para conter os efeitos da crise. Importantes preceitos do modelo neoliberal foram revistos, com atenção especial ao fim da política cambial de *dólar fixo*, anunciada no dia 12 de junho de 1982, e a profunda intervenção bancária em janeiro de 1983 no ápice das falências e da crise econômica. Entre 1982 e 1985 o governo esteve num grande labirinto sem conseguir encontrar uma saída de baixo custo político, fato comprovado através das constantes trocas de ministros na pasta da Fazenda, contabilizando nesse período um total de quatro ministros após a saída de Sergio de Castro³.

Por fim, e diante da oposição interna do governo em relação ao manejo da crise econômica e política, o governo teve o maior desafio da década: salvar seu projeto econômico e construir garantias de eficácia política. Porém, não só os grupos que apoiavam o regime demonstraram sua insatisfação, mas em 1983 o governo teve de lidar com outro protagonista: o povo chileno que retomou as ruas através das *Jornadas de Protestas*.

3 Foram eles: Sergio de Castro 1976-1982; Sergio de la Cuadra abril-agosto de 1982; Rolf Luders 1982-1984; Carlos Cáceres 1984-1985; Hernán Buchi 1985-1989.

III. A JORNADA DE PROTESTAS 1983-1986: A SOCIEDADE DESAFIA O PROJETO DE TRANSIÇÃO DA DITADURA.

Os estudiosos no Chile denominam como *Jornadas de Protestas* as manifestações sociais contra a ditadura ocorridas entre os anos de 1983 e 1987 (Garcés, 1984: 22). Nesse período, surgiu um amplo movimento de massas, caracterizado por distintas estratégias e demandas, que no seu conjunto, tinham o objetivo principal de desafiar a ditadura exigindo o retorno imediato do regime democrático, ou seja, desafiando o projeto político estabelecido na Constituição de 1980. Assim, esses protestos criaram um novo marco no processo de politização de uma sociedade marcada pelo silêncio e pela violência de Estado, além de criarem as condições para o retorno das organizações político-partidárias, proibidas de atuarem desde fins da década de 1970.

As *Jornadas de protestas* se tornaram um indicativo que era possível acabar com a ditadura, ao mesmo tempo em que permitiu um debate mais amplo sobre qual seria o projeto de transição democrática que viabilizasse a derrocada de Pinochet e da Junta de Governo. Desde o princípio, essas manifestações sociais, posteriormente engendradas e canalizadas por instâncias partidárias, propuseram um modelo da *transição por ruptura*. Com isso, mais que do a busca pela partilha do “milagre econômico”, a tomada das ruas demandou por democracia.

Iniciada após a convocação da *Confederación de los Trabajadores del Cobre*⁴, teve início as manifestações, cuja dinâmica e a composição social foram as mais variadas. Na primeira fase dessas manifestações, entre 11 de maio de 1983 e 30 de outubro de 1984, ocorreram onze protestos concentrados em sua maior parte na região metropolitana de Santiago. O que a princípio teve início no mundo do trabalho logo se estendeu a outros grupos e classes sociais, em especial os setores médios e empresariais descontentes com a condução da política econômica neoliberal. Compuseram essas manifestações os trabalhadores da mineração, vários líderes sindicais, os *gremios dos transportistas y camioneros*, organizações de mulheres, universitários (provenientes das universidades de Santiago, Valparaíso, Talca, Concepción), estudantes (especialmente através da *Federación de Estudiantes de Chile*- FECH), grupos de familiares de desaparecidos políticos, e principalmente alguns setores populacionais.

Além de promover uma maior politização da sociedade civil, destacamos como principais consequências da *Jornada de Protestas* o retorno das organiza-

4 Confederación de los Trabajadores del Cobre. *Declaración de 11 de mayo*. Santiago: 11 de maio de 1983.

ções político-partidárias, e o início do debate sobre um novo modelo e um novo prazo para a transição à democracia.

No período entre 1983 e 1984 surgiram vários agrupamentos partidários, ainda que a forma jurídica de partidos políticos fosse proibida, de modo que assumiram um importante protagonismo na transição chilena. O primeiro deles foi a *Alianza Democrática* (AD), composta por membros dos seguintes partidos: *Partido Democracia Cristiana* (PDC), *Derecha Democrática* (antigo *Partido Republicano*), *Partido Radical*, *Partido Socialdemócrata*, *Partido Socialista* (*Comité Político Unidad*), e posteriormente integrada pelo *Movimiento Acción Popular Unificada Obrero-Campesino*-MAPU-OC (na ilegalidade desde outubro de 1973) e também pelo *Grupo por la Convergencia Socialista*, posteriormente denominado *Partido Socialista Renovado* -sob a liderança de Ricardo Nuñez Muñoz que propôs uma revisão dos preceitos socialista, inclinando-os para a aliança com os democrata cristãos (Frei, 1992: 227).

Outro movimento político integrante da oposição a ditadura foi o *Movimiento Democrático Popular* (MDP), composto majoritariamente pelos partidos e movimentos colocados na ilegalidade e que não se identificavam com as perspectivas da AD. Foram eles: o *Partido Comunista*, os socialistas que não se identificavam com a perspectiva de Nuñez, e por isso integrantes do *Partido Socialista Almeyda* (sob a liderança do tradicional militante socialista da década de 1970 Clodomiro Almeyda, e que propunha uma radicalização da ação dos socialistas), o MIR, e outras variações do socialismo chileno, como o *Partido Socialista* (*Coordinadora Nacional Regionales*), e *Partido Socialista-Chispa*.

Apesar das distintas perspectivas e estratégias de ambos os movimentos políticos em questão, o surgimento dos mesmos não só reascendeu o debate sobre o papel das organizações partidárias, mas também iniciou o debate da função dos partidos em período de “recesso político”. A capacidade de organização da AD e do MDP em realizar manifestações causou um forte impacto no governo.

Embora os dois movimentos de oposição utilizassem a mobilização social como meio para derrubar a ditadura, a composição política e ideológica de cada um distanciou a AD do MDP. Enquanto a hegemonização democrata-cristã no interior da AD passou a ser uma realidade que orientou a ação desse movimento ao centro político e à negociação com o governo, a postura de mobilização e radicalização proposta pelos comunistas no interior do MDP, e respaldados pelo MIR, tornou-se um elemento de distinção deste em relação ao primeiro, gerando conflitos e debates entre ambos. Contudo, até o fim da primeira fase das *Jornadas* em 1984, ambos os movimentos atuaram conjuntamente (Moulián, 1997: 299).

Como mais um dos resultados dos protestos sociais, e talvez o principal, apesar das divergências dos movimentos políticos que assumiram sua condução,

o consenso geral foi o de por fim ao regime autoritário de Pinochet e antecipar a transição, exigindo uma nova agenda política (Hoy N° 330, 16-22/11/1983: 6).

Desde os primeiros momentos da crise econômica Pinochet já afirmava que não alteraria os prazos estabelecidos no processo de institucionalização, e muito menos os prazos para a transição democrática (Ercilla, 29/12/1982). Como destaca Adrián Villegas Dianta, ao perceber que a fragilidade do projeto econômico ameaçava a integridade e continuidade do projeto político, Pinochet passou a rememorar outra crise econômica, a do governo de Allende nos anos 1970 (Dianta, 2003: 127). Demonstrando as diferenças essenciais entre o período “marxista” e o de seu governo, numa entrevista concedida ao jornal *La Nación*, o general enfatizou o aspecto das modernizações empreendidas a partir do “*Pronunciamento de 1973*”, e que esse caráter do projeto neoliberal ultrapassava o campo econômico e constituía parte do projeto político de seu governo, o que por sua vez, seria inalterável. Conforme afirmado na entrevista:

La obra que el Gobierno impulsa va más allá de una mera política económica. Nuestra liberación del marxismo y nuestra proyección como una nación soberana y libre son superiores a los planteamientos u oposiciones de carácter económico. El Gobierno optó por un sistema de economía social de mercado, y ello constituye una definición básica e inalterable (La Nación, 03/01/1983).

Para Pinochet, qualquer oposição que surgisse no contexto da crise econômica seria carente de um projeto político consistente, e, portanto, ilegítima. Porém, o efeito político das ruas, somado à crise do manejo político no interior do regime, levou o governo a reavaliar sua postura intransigente e iniciar um diálogo com a oposição reconhecendo a legitimidade da AD como interlocutora entre os protestos e o Estado. Assim, após dez anos de ditadura, Pinochet deu início a um tímido processo de liberalização política, com avanços e retrocessos.

Existem inúmeras interpretações e críticas sobre o resultado das *Jornadas de Protesta* (Hechos Urbanos N° 21, sf/05/1985). Enquanto Herrera afirma que a hegemonização da via insurreccional, ou maximalista, defendida pelo MDP era inviável, o que tornava impossível a derrocada de Pinochet em 1984 (Herrera, 1988: 181), Vallejos afirma o contrário, que no horizonte das expectativas, inclusive da própria AD, a análise do mundo real dos acontecimentos políticos entre 1983-1984, ainda que parecesse inviável, essa impossibilidade não estava tão clara entre os manifestantes e as lideranças políticas. Assim, sendo a transição democrática o lugar das incertezas, derrocar a ditadura era uma possibilidade, e isso motivou os protestos mensais ao longe de mais de um ano (Vallejos, 2008: 48).

A historiadora Fabiana Fredrigo também compartilha da hipótese de que os movimentos sociais do período não conseguiram construir um projeto político viável para conquistar em curto prazo o processo de transição, o que, para a autora, foi interpretado pelos novos movimentos partidários como a necessidade de rever o método de mobilização e radicalização popular, em especial por parte da AD, contexto que cobriu a oposição com um *realismo político* que convergiu na opção pela fórmula política da *transição pactada*. Contudo, apesar de seu diagnóstico de um desencontro entre o *mundo social*, que demandava por *democracia social*, e o *mundo político*, que por sua vez exigia democracia político-partidária, a autora reconhece o legado principal, o qual também defendemos, das *Jornadas de Protestas*: a ruptura do padrão de controle do projeto de transição da ditadura civil-militar (Fredrigo, 1997: 61).

O fim do recesso político e o início da transição democrática se tornaram a grande demanda dos protestos da década de 1980. Embora sem contornos, e como um projeto inacabado, os protestos impulsionaram a construção de uma agenda alternativa da transição contrária ao projeto político consagrado na Constituição de 1980. Dessa maneira, houve uma distinção entre o projeto político de abertura do regime e do processo de abertura real, no qual mesmo com um programa previamente formulado nos anos de institucionalização (1978-1980), as *Jornadas de Protestas* e a pressão social que exerceram, impulsionando a desconstrução de toda a linearidade proposta na “Constituição de Pinochet”. A retomada das ruas, a construção de um cenário de enfrentamento e resistência ao medo da repressão, a reorganização e atuação dos partidos políticos, e a demanda por novos canais de (livre) expressão, forçaram a liberalização do regime, ainda que antes dos prazos estabelecidos e num cenário repletos de incertezas.

IV. DA “APERTURA” À “CERRADURA”: O MINISTÉRIO JARPA E O PRIMEIRO ENSAIO DE UMA ABERTURA POLÍTICA.

A crise que se instaurou no governo de Pinochet em 1983 não tinha precedentes. A crise social potencializada pelos primeiros protestos criou um contexto de crise política que desafiava todo o projeto autoritário institucionalizado. Foi, portanto, nesse cenário de incertezas, marcado pelo reaparecimento dos movimentos sociais e do sistema de partidos que Pinochet lançou o primeiro processo de abertura política.

Após a saída de Sergio Fernández do Ministério do Interior em 1982, e a posse do general brigadeiro da Força Aérea Enrique Montero no mesmo ministério, Pinochet teve dificuldades em apresentar uma alternativa que contornasse essa crise, conformando um período caracterizado por um grande vazio de decisões

políticas e pela ineficácia das soluções econômicas apresentadas pelo Ministério da Fazenda, no período sob o comando de Sergio De La Cuadra. Além disso, o crescimento das *Jornadas de Protestas* causou a impaciência dos componentes da cúpula do governo, especialmente entre os membros da *Junta de Gobierno* e do *Estado Mayor*, que imediatamente sinalizaram os perigos da crescente insatisfação social frente o desemprego, assim como o clima de incertezas em relação aos setores empresariais e produtivos. Por fim, outro fator que ampliou o desconforto do governo foi a comprovação de que as manifestações sociais também estavam sendo dinamizadas por organizações partidárias de centro-esquerda (Cavallo, 2012: 455).

O isolamento do governo, e a queda de apoio a Pinochet, foram resultantes das críticas que advieram de todos os lados, seja da oposição ou dos grupos comprometidos com o regime. Somado a esse fator, os programas sociais criados para solucionar o déficit de emprego e diminuir os impactos do ciclo recessivo- o *Programa de Empleo Mínimo* (PEM); e o *Programa de Empleo para Jefes de Hogar* (POJH), e a renegociação das dívidas dos bancos e conglomerados econômicos, não reverteram o quadro, nem mesmo após as medidas de ajuste estabelecidas pelo FMI, aplicadas pelo ministro da Fazenda Carlos Cáceres. Com isso, era necessário também fornecer uma resposta política, especificamente após a força dos protestos, entre julho e agosto de 1983. Assim, surgiu uma reorientação à construção de um horizonte político de abertura, consolidado na posse de Sergio Onofre Jarpa no ministério do Interior.

Como uma figura conhecida da política chilena, e proveniente dos quadros políticos do *Partido Nacional*, Jarpa representava a “velha direita”, ou seja, a direita pré-1973. Jarpa foi uma das principais lideranças civis que apoiou o golpe de 1973 no comando da *Confederación de la Democracia*, o explica sua inclinação ao governo pinochetista. No momento em que foi convidado por Pinochet para assumir o ministério, ocupava o cargo de embaixador chileno em Buenos Aires. Embora sua participação política no período anterior a 1973 fosse considerada como um problema, especialmente pelos *gremialistas* que criticavam o “pessoal político” atuante no antigo sistema partidário chileno, Jarpa ainda se configurava como uma importante liderança civil, além de ter contatos com importantes líderes da oposição, em especial do *Partido Demócrata Cristiano*.

Essa política de abertura, personificada em Jarpa, é apontada por Pablo Rubio Apiolaza como resultante tanto do efeito da rápida reorganização da oposição, quanto da necessidade do governo em recuperar a iniciativa política e descomprimir e estabilizar a situação social (Rubio, 2011: 145). Dessa forma, o novo ministro do interior elaborou um plano político para determinar as prioridades e

as estratégias que possibilitassem a abertura política, e com isso, o primeiro passo foi dado no sentido de sistematizar o que foi denominado na época de *Plan Jarpa*.

O *Plan Jarpa* foi elaborado tendo os seguintes objetivos: 1) evitar a exposição da imagem do presidente Pinochet; 2) recuperar o respaldo dos setores *gremialistas*, empresariais e políticos; 3) agilizar a administração do Estado; 4) eliminar os “inimigos internos” dos cargos importantes; 5) criar um comando político unificado com setores pró-regime; 6) criar um movimento social para agrupar os independentes; 7) iniciar os estudos das leis sobre as eleições e os partidos políticos; 8) promover um debate sobre o marxismo e o período da *Unidad Popular*; 9) Criar um comitê de especialistas para manejar as comunicações do governo; 10) Centralizar no comunismo soviético (e não nos políticos locais) o inimigo principal (Cavallo, 2012: 458).

O *Plan Jarpa* também tentou criar um cronograma da abertura. Para o ano de 1984 se previa o término da elaboração das leis eleitorais e dos partidos políticos e suas respectivas aprovações através de um plebiscito, suspendendo o recesso político e fixando um prazo para a reorganização dos partidos, além de tentar criar um movimento político de apoio governo de Pinochet. Para o ano de 1985 caberia fixar a data para eleições parlamentarias e construir uma estratégia que possibilitasse a vitória do regime. Em relação às medidas econômicas visaria dar apoio aos setores trabalhistas e produtivos, e responsabilizar devidamente os envolvidos no colapso financeiro de 1981-1983.

As políticas colocadas em prática através do Ministério do Interior possibilitaram a abertura de importantes canais de diálogo e a revisão de medidas autoritárias como o exílio e a censura. Dando continuidade à revisão dos processos de exilados, Jarpa “flexibilizou” o exílio e permitiu o retorno de 1.149 exilados no dia 20 de agosto de 1983 (La Tercera, 20/08/1983). A isso somamos o surgimento de novos veículos de comunicação da oposição. Se desde a década de 1970 já existiam as revistas *Apsi*, *Hoy*, e *Análisis*, cujas publicações passavam por censura prévia, em novembro de 1983 surgiu a revista *Cauce*, com um discurso abertamente crítico ao governo, denunciando as violações aos direitos humanos e cobrindo todas as *Jornadas de Protestas*. O conteúdo dessa revista demonstra o contexto de abertura e da existência de uma censura mais elástica, porém muito atuante, no qual em 1984 possibilitou o surgimento do primeiro jornal oposicionista *Fortín Mapocho*.

Outro fator importante tanto para o período 1983, como para as posteriores manifestações que ocorreram entre 1985 e 1987, foi a liberação para os *colégios profesionales* e federações estudantis elegerem seus representantes de forma direta. Essa iniciativa permitiu uma importante democratização desses corpos intermediários de importantes atores políticos no processo de transição,

com destaque para o *colégio profesional* dos advogados, e também para o movimento estudantil que passou a se rearticular. O ato eleitoral a partir dessas esferas organizacionais possibilitou a tomada de importantes instituições pelos partidos de oposição.

Contudo, o sinal mais indicativo de abertura do gabinete Jarpa foi o início do diálogo com os movimentos políticos. O reconhecimento da legitimidade dos movimentos surgidos através da lógica dos protestos e a postura do governo em dialogar com os mesmos conformou um processo denominado por Enrique Kirby de preparação dos atores políticos da transição chilena na década de 1980 (Kirby, 1997: 139). Após a oficialização da *Alianza Democrática* no dia 6 de agosto de 1983, o *Movimiento Democrático Popular* também buscou oficializar-se no dia 20 de setembro do mesmo ano. Contudo, não surgiram somente movimentos de oposição, mas também aqueles ligados ao regime como a *Unión Democrática Independiente* (UDI), fundada no dia 24 de setembro de 1983, e o *Movimiento Unión Nacional* (MUN), fundado em 27 de novembro do mesmo ano.

Enquanto a UDI era composta majoritariamente pelos *gremialistas*, com destaque para sua principal liderança Jaime Guzmán, e defendiam o projeto político da ditadura, o qual foi auxiliado por seus membros, o MUN, embora de direita, associados ao antigo *Partido Nacional* de Jarpa, e defensores do “*Pro-nunciamento*” de 1973, assumiram uma postura mais crítica e independente em relação ao governo de Pinochet, o que por sua vez, o distanciou da UDI (Rubio, 2011: 169). Outro elemento importante a ser considerado é que mesmo em período de protestos massivos contra o governo, o MUN construiu uma importante base social devido a sua postura política mais aberta ao diálogo e à democratização, assim como por sua heterogeneidade.

Assim sendo, no dia 11 de agosto de 1983 Jarpa anunciou sua agenda de conversas com os movimentos políticos, definida para os dias 25 de agosto, 4 e 9 de setembro. Esse período foi marcado por intensos debates devido às distintas perspectivas políticas e como cada movimento se relacionava com a ditadura. Juntamente a esse diálogo, a proposição do ministro em acelerar as leis políticas, com ênfase nas leis relacionadas ao sistema político partidário, também ratificavam o esforço em conseguir dar início imediato à transição. Até mesmo Pinochet reconheceu a legitimidade das medidas em curso quando discursou ponderadamente que “*la actividad política es positiva mientras se desarrolle dentro de los cauces legales, y no degenera ni en la politiquería ni en la politización extrema*” (Cosas N° 181, 08/09/1983).

Contudo, o diálogo entre os movimentos partidários teve avanços e retrocessos. Apesar do reconhecimento da necessidade de acelerar os debates na Junta de Governo sobre os projetos políticos dos registros eleitorais e dos partidos po-

líticos prometidos para 1984 no intuito de compor um Congresso eleito até o ano de 1985, as demais demandas da AD foram consideradas excessivas e radicais, dentre as quais o encurtamento dos prazos do regime para a transição, a renúncia de Pinochet, e a formação de uma Assembleia Constituinte foram logo rejeitadas por Jarpa. Além disso, apesar da mediação da Igreja Católica, outros fatores dificultaram o diálogo.

Entre setembro e novembro de 1983 os protestos sociais começaram a tomar proporções inesperadas pelo governo, em especial o protesto de 18 de novembro considerado como a primeira grande manifestação de massas do ano. Essa protesta já estava inserida no esgotamento do diálogo entre governo e oposição, no qual a própria AD atestava que era preciso retomar a mobilização social visto a postura do governo frente às suas demandas. O clima político apontava para o fim do diálogo e descrédito no *Plan Jarpa*. Conforme a reportagem da revista *Análisis*:

El diálogo es que murió y definitivamente según parece. La verdad es que, a pesar de las muchas esperanzas que algunos sectores cifraron en él, el diálogo nació algo anémico y no hubo incubadora capaz de mantenerlo con vida. Tres reuniones entre la AD y el Ministro - intercaladas con sucesivos discursos del General Pinochet - y una masiva concentración organizada por el Comando de Unidad Democrática (CUD) bastaron para que la Alianza reconociera hidalgamente que se había equivocado al creer que Jarpa tenía respaldo suficiente para llevar adelante las conversaciones en torno a leyes políticas que permitieran acortar los plazos que - por la vía de la Constitución - le conceden al Gobierno de Pinochet un plazo que varía entre los 6 y los 12 años más (*Análisis*, sf/11/1983: 4).

Além da dificuldade em manter as negociações, a repressão foi alvo de fortes críticas em relação ao ministro do Interior. Jarpa assumiu o ministério às vésperas da quarta paralisação organizada pela AD e os movimentos sindicais, de *pobladores*, e de organizações dos direitos humanos, caracterizada pelo alto número de efetivos policiais (18.000), de mortos (26) e centenas de feridos (Huneeus, 2000: 520). E essa postura se manteve durante todas as manifestações ocorridas enquanto o mesmo ocupou a pasta do interior.

A gestão de Jarpa e sua condução da abertura política foram marcadas pela ambiguidade entre a abertura e a prática da repressão. Entretanto, essa ambiguidade revela muito mais do que apenas duas faces do gabinete. O período em que Jarpa assumiu o ministério do Interior foi marcado por intensas lutas internas

na cúpula do governo. Isso porque a proposta de abertura política defendida pelo ministro não foi compartilhada por todos os partícipes do regime. Entender esses embates internos nos auxilia a escapar da perspectiva de que o fim do diálogo e a prolongação do regime até 1990 foi resultado apenas da polarização do sistema de partidos que dividiu a oposição, no caso entre a AD e o MDP (Corbo, 2007: 26).

A ascensão de Jarpa no interior do governo de Pinochet ocorreu num período de descrédito da política econômica neoliberal, além do próprio ministro representar um setor da direita que sempre foi cético em relação às modernizações dos *Chicago Boys*, aproximando-se, dessa maneira, ao setor dos “duros”. Num encontro com trabalhadores chilenos, Jarpa ironizou a política monetarista associando-a a uma política estrangeira argumentando que “nosotros hicimos juntos la gesta del once de septiembre y ésta fue usurpada por jóvenes extranjeirizantes que le quitaron a nuestro movimiento su carácter nacional” (Cosas N° 183, 06/10/1983).

A postura de Jarpa entrou em choque com o grupo neoliberal, resistência essa estendida aos *gremialistas*. Desse modo, na crítica ao projeto econômico e na proposta de catalisação da transição democrática e do não cumprimento dos prazos políticos da Constituição, Jarpa propôs de certo modo o desmantelamento do projeto *neoliberal-gremialista*, o que por sua vez explica a oposição interna ao seu projeto de abertura.

O choque entre Jarpa e o grupo *neoliberal-gremialista* aumentou com o passar do tempo, especialmente após mais um importante protesto de 27 de março de 1984, cujo resultado político, além da intensificação da repressão, foi a aposta numa nova orientação das medidas econômicas de emergência, dessa vez mais afastadas dos pressupostos neoliberais, encaminhadas pelo ministro Luis Escobar Cerda ao assumir o ministério da Fazenda no mesmo dia das manifestações. Os ajustes propostos por Cerda, logo se tornaram alvo de duras críticas por parte dos *gremialistas*, especialmente devido a seus resultados magros e ao temor do empresariado de que tais medidas ameaçassem o modelo de desenvolvimento sustentado no mercado e o próprio valor da propriedade privada (Boeninger, 1997: 305).

A disputa entre o ministro Jarpa e os *gremialistas* foi descrita por Sergio Fernández, ex-ministro do Interior, da seguinte maneira:

No había buen entendimiento entre ese grupo (Jarpa y su equipo) y los gremialistas que participaban en el Gobierno desde sus comienzos. Influyó en eso la diferencia de generaciones y la muy disímil experiencia política... Para los gremialistas y muchos independientes que habían colaborado con el gobierno de las Fuerzas Armadas, el

advenimiento de Jarpa era motivo de aprensión. Pese a su valerosa defensa de la democracia contra el régimen allendista, se tendía a ver su llegada al Ministerio del Interior una pérdida del sentido renovador que debía mantener el gobierno militar (Fernández, 1994:193).

A ação da UDI também foi orientada nessa lógica da oposição sistemática ao projeto de abertura política de Jarpa, elemento fundamental que explica seu distanciamento ao MUN. Através de um discurso afinado à ideia de que uma transição democrática a partir de 1984 seria inviável e indesejável para a obra do governo de Pinochet, a UDI passou a atacar tanto o manejo político de Jarpa quanto as ações, tidas como rupturistas e “*violentistas*” da AD e do MDP ao longo dos protestos (La Tercera, 10/03/1984).

Somado à resistência dos *gremialistas* em relação à abertura política do período 1983-1984, o crescimento dos protestos, e da violência nos mesmos, gerou uma rápida reação do grupo da “linha-dura”. A lentidão e confusão, geradas pela abertura construída pelo ministro do Interior, causou o isolamento político de Jarpa. Sua proposta de antecipação dos prazos da transição também não satisfaz as aspirações dos “duros” que defendiam uma maior permanência do poder militar. Somado a isso, os membros da Junta de Governo passaram a sinalizar, a partir de então, uma maior propensão ao diálogo sobre a abertura política, ampliando a tensão entre “duros” e “blandos” existente entre os militares no governo.

Após o anúncio de 1º de maio de 1984, através do qual Pinochet comunicou o envio do projeto político da lei orgânica e constitucional dos registros eleitorais e dos partidos políticos à Junta de Governo, os militares membros do órgão legislativo chileno demonstraram interesse no tema. Alertando para a necessidade do retorno dos partidos políticos, o almirante Merino declarou a importância de outros procedimentos de mando político na condução do Estado, fazendo alusão à ação dos partidos⁵.

Enquanto isso, o general Fernando Matthey, também sinalizou numa entrevista sobre a importância do processo de diálogo e abertura em curso. Perguntado sobre qual seria a melhor saída para o governo afirmou que era preciso “señalar un claro calendario, cronograma o itinerario para la transición, el lo posible acordado” (Cauce N° 25, 2-8/10/1984: 6).

Apesar de ainda apresentar uma opinião praticamente circunscrita dentro dos prazos pré-estabelecidos pelo regime na Constituição de 1980, Matthey não só demonstrou o interesse de alguns dos membros da Junta em possibilitar

5 “Ata N°10/84-E, 5 de junio de 1984”. *Actas de la Honorable Junta de Gobierno*, Secretaría Junta de Gobierno, República de Chile, tomo L, s/p.

a democratização, como também afirmou que o retorno do regime democrático possibilitaria um Legislativo mais fiscalizador, função essa na qual a Junta não estaria exercendo com total capacidade.

A postura do general Matthey, associada aos pronunciamentos do almirante Merino nos debates sobre a lei dos partidos políticos, despertou a atenção dos “duros” e também do próprio Pinochet, tornando o *Plan Jarpa* uma possível ameaça de “racha” no interior das Forças Armadas. Com isso, o então projeto político ficou congelado na Junta de Governo, sendo seu debate postergado para períodos posteriores (agosto-setembro do mesmo ano, e só concluído em 1987). Como destacou Rubio, a conjuntura da abertura de Jarpa foi marcada pelo fortalecimento da aliança entre *gremialistas* e a “linha-dura” que tinha por objetivo barrar a liberalização política. Isso foi facilitado, conforme o autor, pelo ascensão de importantes personagens ligados à UDI à instituições políticas importantes para a realização do *Plan Jarpa*, como a nomeação de Hernan Chadwick e Maximiano Errázuriz na *Comisión de Leyes Orgánicas*, e de Juan Antonio Coloma ao *Consejo de Estado* (Rubio, 2011:197). Ambos os grupos partiram pra ofensiva contra Jarpa alegando que seu projeto de abertura era confuso e não permitiu o controle das manifestações sociais radicalizadas em 1984⁶. Por fim, o isolamento de Jarpa no interior do governo foi assumido pelas constantes demonstrações de desaprovação de suas medidas pelos ministros Patricio Carvajal que ocupava a pasta da Defesa, e pelo ministro da Justiça Hugo Rosende.

Hugo Rosende e Patricio Carvajal foram os principais representantes da “linha-dura” que conduziram, a partir do governo, as críticas à Jarpa. Ambos os ministros assumiram seus cargos na década de 1980 em pleno período de protestos sociais, abordando como negativas as medidas do Ministério do Interior. Consequentemente, influenciaram na condução política do endurecimento do regime a partir da segunda metade de 1984, principalmente após a posse de Francisco Javier De La Cuadra no Ministério da Secretaria Geral de Governo. De la Cuadra, ao lado de Rosende e Carvajal, e diante da falta de manejo político de Jarpa, orientaram suas ações para colocarem fim à abertura de Jarpa.

Isolado politicamente, Sergio Onofre Jarpa enviou um documento elaborado entre setembro e outubro de 1984 à Pinochet contendo uma análise do andamento das leis políticas⁷. O documento destacava as leis mais importantes do processo de abertura, expondo o ministro que quase todas ainda não haviam sido

6 A oposição política se preparava nesse período para a Greve geral, grande expectativa do ano de 1984.

7 “Leyes Políticas”. Ministério del Interior. Santiago: outubro de 1984 (Rubio, 2011: 79).

finalizadas ou estudadas, denotando a lentidão das distintas comissões legislativas.

No interior do gabinete, Jarpa encontrou a resistência de dois importantes ministros: Hugo Rosende, Ministro da Justiça, Francisco Javier de la Cuadra, Ministro Secretário Geral de Governo. Ambos criticaram fortemente os “excessos” da liberalização de Jarpa, e defendiam a retomada da autoridade por parte do governo.

Francisco de la Cuadra, jovem com trinta anos quando assumiu o ministério, tornou-se um importante protagonista na orientação política do governo a partir de 1984. Respeitado advogado, foi assessor do Ministério do Interior no período da legitimação da Constituição de 1980. Ao defender um Estado forte e com poder de mando, via na liberalização de Jarpa um perigo para o regime, devido às concessões dadas à oposição. Por isso, estabeleceu um estilo de confronto com os opositores do governo, destoando da postura de liberalização de Jarpa. Assim, reimplantou a censura, suspensa por Jarpa, e retomou a ação da DINACOS (*Dirección Nacional de Comunicaciones Social*), que teve grande atuação nos primeiros anos do regime.

A postura de Francisco de la Cuadra estava de acordo com a do próprio Pinochet. O presidente desde princípios do Plano de Liberalização de Jarpa já havia demonstrado receios em relação ao mesmo. Além disso, mesmo com o início dos diálogos, Pinochet sempre comparecia à imprensa com um tom de confronto, rebatendo toda e qualquer proposta de reforma da Constituição de 1980.

Para Huneeus, a atitude de Pinochet em relação à Jarpa sempre foi a de criar instâncias paralelas de decisão política, inclusive com a *Comisión de Estudio de las Leyes Políticas*, cuja ação se direcionava para perpetuar Pinochet mesmo após 1988 (Huneeus, 2000: 520). O desgaste das relações entre Jarpa e Pinochet ficou evidente na imprensa.

Ao analisarmos a imprensa oposicionista, como as revistas *Análisis* e *Apsi* no Chile ao longo do ano de 1984, quase todos os veículos de comunicação destacavam o encerramento do diálogo e o isolamento de Jarpa, afirmando muitas vezes, nas trocas ministeriais do período, que Jarpa sempre poderia ser retirado do ministério do Interior a qualquer momento (Cauce N°4, 03/01/1984).

O descrédito de Jarpa no governo, a oposição política a seu projeto por “duros” e *gremialistas*, a dificuldade do diálogo com a oposição democrática, e por fim, a postura intransigente de Pinochet em não conceder mais avanços na abertura política, convergiram num processo de “*cerradura*”, ou seja, no fechamento dos espaços de diálogo sobre a transição democrática. Para concluir esse processo, após a greve geral de 30 de outubro de 1984, e os atos de violência que partiam tanto da ala mais radical da esquerda, quanto, e principalmente, da

CNI, a abertura foi definitivamente encerrada com o decreto de estado de sítio de 7 de novembro de 1984, definindo sua duração até 4 de fevereiro de 1985⁸. Complementado o estado de sítio, foi publicado mais um decreto que suspendia a publicação das revistas de oposição *Cauce*, *Análisis*, *Apsi*, e os diários *Fortín Mapocho*, *La Bicicleta* e *Pluma y Pincel*⁹. Assim encerrou-se o diálogo e posteriorizou-se a transição democrática.

Um dos personagens mais influentes e decisivos na decretação do estado de sítio foi o ministro Francisco De La Cuadra, o que por sua vez, demarcou a influência da dinâmica política construída pela “linha-dura” em sua meta de obstaculizar a abertura de Jarpa. Contudo, Cuadra tentou diminuir o impacto político do estado de exceção relativizando o peso dessa medida, argumentando que:

la declaración de Estado de Sitio no significa un retroceso en el proceso de transición y, por lo mismo, el término del Estado de Sitio no significa un avance en el proceso de transición, porque eso supondría que, necesariamente, nunca más en Chile –de aquí hasta el año 89 debiera haber un Estado de Sitio. Nadie lo puede asegurar... los dirigentes opositores saben maniobrar la vida política... fomentaron condiciones que justificaron el Estado de Sitio (Cosas N° 229, 11/07/1985).

A consequência posterior do completo isolamento de Jarpa, e da correlação de forças políticas que engendraram no fechamento dos canais de diálogo entre Estado e oposição política, foi sua retirada do ministério do Interior no dia 12 de fevereiro de 1985, sendo substituído por Ricardo García. As modificações ministeriais de 1985 foram realizadas com o intuito preciso de ratificar o projeto político da Carta de 1980. Além disso, representou um novo fôlego para o grupo *neoliberal-gremialista* com a ascensão ao ministério da Fazenda do jovem economista Hernán Büchi também no dia 12 de fevereiro, promovendo a completa hegemonização do ideário neoliberal, embora de forma mais “flexionada” (Boeninger, 1997: 307).

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Como pudemos verificar, o fracasso das negociações em 1984 não foi resultado apenas da radicalização da oposição, mas também das lutas internas do

8 Decreto Ley N° 1200. *Diario Oficial*. Santiago: 6 de novembro de 1984.

9 Decreto Ley N° 1217. *Diario Oficial*. Santiago: 6 de novembro de 1984.

governo para buscar respostas rápidas à crise política e econômica sem desmantelar o projeto instaurado no contexto do “milagre econômico” e da Constituição de 1980.

De um lado, os setores “duros” defendiam um maior controle militar da crise política e a manutenção da coesão das Forças Armadas. De outro, os *gremialistas* defendiam o modelo da *economia social de mercado* e os cronograma do governo que estabelecia a transição somente oito anos após a aprovação constitucional, garantidor do projeto de *democracia protegida*. Por fim, o general e presidente Pinochet ratificou os anseios em permanecer no poder e defender a missão histórica das Forças Armadas iniciada com o *Pronunciamento de 1973*.

Além das demandas e conflitos internos da oposição nas *Jornadas de Protestas* quanto as suas demandas, estratégias, e o debate sobre a escolha entre o modelo *rupturista* ou o modelo *pactuado*, outro fator determinante para o desfêcho do fim da abertura em 1984 foi a reação dos partidários do regime na tentativa de conservar o poder e o *timing* da transição, prisma que também é importante para se estudar os processos de transição à democracia.

O decreto de estado de sítio em novembro de 1984 encerrou o que denominamos de “primeiro ensaio” da transição democrática no Chile. Como um dos recursos mais utilizados pelas ditaduras em período de questionamento da sua legitimidade, Pinochet utilizou-se do autoritarismo para encerrar o recente debate democrático iniciado com as *Jornadas de Protestas* em 1983. Porém, se do ponto de vista institucional a abertura foi interrompida, não podemos diagnosticar o mesmo em relação aos efeitos substantivos da abertura dos espaços democráticos.

A suspensão da abertura não anulou os novos espaços institucionais de ação política abertos com as conquistas democráticas exigidas pelos gritos e pela pressão dos movimentos sociais nas ruas. Além disso, o retorno das organizações partidárias, a pluralização dos meios de comunicação, e a politização dos diferenciados grupos de interesses envolvidos nas manifestações do período 1983-1984, não foram revertidos com o estado de sítio. Se a “abertura” deu lugar à “cerradura”, não podemos dizer que o ímpeto por democracia foi contido. Pinochet não caiu em 1984, mas também poderia cair antes de 1988. Foi com esse desejo que o povo chileno manteve sua luta na década de 1980.

VI. FUENTES Y BIBLIOGRAFIA

FUENTES

LEYES Y DECRETOS

1. Decreto Ley N° 1200. *Diario Oficial*. Santiago: 6 de noviembre de 1984. Impreso.
2. Decreto Ley N° 1217. *Diario Oficial*. Santiago: 6 de noviembre de 1984. Impreso.
3. Actas de la Honorable Junta de Gobierno, Secretaría Junta de Gobierno, República de Chile, tomo L, s/p. Impreso.

PRENSA

4. El Mercurio. Santiago de Chile (diciembre 1982). Impreso. “Editorial”. 30 de marzo de 1982. “La semana política.” 4 de abril de 1982.
5. La Nación. Santiago de Chile (enero 1983). Impreso. “Augusto Pinochet. Entrevista concedida ao jornal La Nación”. Santiago: 3 de janeiro de 1983.

REVISTAS

6. Análisis. Santiago de Chile (noviembre de 1983). “Orden del día: Unidad”. Noviembre de 1983.
7. Cauce. Santiago de Chile (enero - octubre 1984) Impreso. “Diálogos con Charreteras”. 2 a 8 de outubro de 1984. Impreso. “Queda de gabinete”. 3 a 6 de janeiro de 1984.
8. Cosas. Santiago de Chile (septiembre 1983 – julio 1985). Impreso. “El gobierno puede sentirse orgulloso de haber creado un sistema institucional que permitirá al país tener una democracia renovada”. 8 de septiembre de 1983. “Sergio Onofre Jarpa: El día que yo me sienta aislado y sin respaldo, será el día que me vaya”. 6 de outubro de 1983. “Francisco Javier Cuadra: El diálogo es una de aquellas expresiones polivalentes que exigen precisiones”. 11 de julio de 1985.
9. Hoy. Santiago de Chile (noviembre 1983). “La oposición al Parque”. 16-22 de noviembre de 1983.
10. Hechos Urbanos. Santiago de Chile (mayo 1983). Impreso. “Dados da repressão: 100 mortos e 100 feridos entre o período 1983-1984”. maio de 1983.

BIBLIOGRAFÍA

11. Arriagada, Genaro. *Por la razón o la fuerza. Chile bajo Pinochet*. Santiago de Chile: Sudamericana, 1998. Impreso.
12. Boeninger, Edgardo. *Democracia en Chile. Lecciones para la gobernabilidad*. Santiago de Chile: Andrés Bello, 1997. Impreso.
13. Cavallo, Ascanio, Manuel Salazar y Oscár Sepúlveda. *La historia oculta del régimen militar. Memória de una época 1973-1988*. Santiago de Chile: UQ-BAR, 2012. Impreso.
14. Corbo, Daniel J. “La transición de la dictadura a la democracia en el Uruguay. Perspectiva comparada sobre los modelos de salida política en el Cono Sur de América Latina.” *Humanidades* anoVII N°1. Dezembro de 2007. 23-47. Impreso.
15. Diniz, Eli. “A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da abertura”. *Dados* N°3, 1985. 329-346. Impreso.
16. Fernández, Sergio. *Mi lucha por democracia*. Santiago de Chile: Editorial los Andes, 1994.
17. Fredrigo, Fabiana de Souza. “Mobilizações sociais e ditadura: a influência das protestas na transição chilena (1973-1989)”. Tese de doutorado pela UNESP. Franca-São Paulo, 1997. Impreso.
18. Frei, Eugenio Ortega. *Historia de una alianza*. Santiago de Chile: LOM, 1992. Impreso.
19. Ffrench-Davis, Ricardo. *Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad. Tres décadas de política económica en Chile*. Santiago de Chile: Dolmen Ediciones, 1999. Impreso.
20. Garcés, Mario; De la Maza, Gonzalo. *La explosión de las mayorías. Protesta Nacional 1983-1984*. Santiago de Chile: Educación y Comunicaciones, 1985. Impreso.
21. Huneeus, Carlos. *El régimen de Pinochet*. Santiago de Chile: Sudamericana, 2000. Impreso.
22. Kirby, Enrique Cañas. *Proceso político en Chile 1973-1990*. Santiago de Chile: Andrés Bello, 1997. Impreso.
23. Moulián, Tomás. *Chile actual. Anatomía de un mito*. Santiago de Chile: LOM, 1997. Impreso.
24. Rubio, Pablo. “La derecha en el régimen militar chileno: El caso de los partidos políticos, 1983-1990”. Tesis. Universidad Católica de Chile. Santiago de Chile: 2011. Impreso.
25. Tironi, Eugenio. *El liberalismo real*. Santiago de Chile: SUR, 1986. Impreso.

26. Vallejos, Rolando Álvarez. “Aún tenemos patria, ciudadanos”. El partido Comunista de Chile y la salida no pactada de la dictadura (1980-1988)”. *Su revolución contra nuestra revolución*. Vol. II. *La pugna marxista-gremialista en los ochenta*. Verónica Zárate et. al. Santiago de Chile: LOM, 2008. 19-82. Impreso.
27. Villegas Dianta, Adrián. “Transición chilena a la democracia. Evolución del proceso de transición chilena a la democracia: un proceso de consensos y pactos”. Tesis. Universidad Católica de Valparaíso. Valparaíso, 2003. Impreso.